

Concessionária do
Aeroporto Internacional
de Confins S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultado	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	18
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da BH Airport, concessionária do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia é a concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, localizado entre as cidades de Confins e Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil, e faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso à capital mineira.

Com o propósito de conectar pessoas e negócios, bem como oferecer aos usuários a melhor experiência em aeroportos, a Companhia desenvolve importantes melhorias no complexo aeroportuário, sempre com foco na qualidade da prestação de serviço, na segurança e em contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

1.3. Destaques de 2021

Ações de combate à Covid-19: desde o início da pandemia, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte coloca em prática todas as orientações das autoridades de saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para que as pessoas se sintam seguras para circular pelo aeroporto e para voar. Foram instalados dispensers de álcool em gel em todo o aeroporto, barreiras de proteção nos locais de atendimento aos usuários e adesivos informativos para piso, assentos, banheiros e elevadores, como também, campanha de comunicação no intuito de conscientizar passageiros, visitantes e a comunidade aeroportuária sobre a necessidade de higienização das mãos, de manter o distanciamento, isolamento de assentos, uso de máscara e demais atitudes que podem garantir a saúde e segurança de todos.

Entre os melhores do Brasil: o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte seguiu o ano entre os melhores do País e foi destaque nas Pesquisas de Satisfação de Passageiros, realizadas pelo Ministério da Infraestrutura. O aeroporto registrou bons resultados ao longo do ano em diversos aspectos, como limpeza geral do aeroporto, inspeção de segurança, processo de check-in, bem como em conforto da sala de embarque.

Nova plataforma de reservas on-line: em 2021, a Companhia investiu em inovações para entregar a melhor experiência aos usuários. Exemplo disso foi a plataforma de reservas online (vendasonline.bh-airport.com.br). O serviço tem o objetivo de atender a todas as necessidades dos clientes e acompanhar as novas tecnologias do mercado. Entre os benefícios está o acesso a promoções e preços exclusivos oferecidos pela ferramenta. Os clientes conseguem fazer a reserva e o pagamento antecipado das diárias de estacionamento pelo site, bem como ter acesso a voucher de desconto para a Sala Vip.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e quatro grupos de trabalho. São eles: Desenvolvimento de Negócios, Governança e Desenvolvimento Organizacional, Performance Financeira e Performance Operacional. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por seis membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo quatro dos membros indicados pelo acionista privado e dois indicados pela Infraero, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta pelas diretorias Financeira-Administrativa, Comercial, Operações e Presidência, cujos representantes são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. Atualmente, a diretoria de Infraestrutura está sendo acumulada pela diretoria de Operações.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo dois indicados pelo acionista privado e um indicado pela Infraero.

2.2. Gestão da Ética e Programa de Integridade e Compliance

A Companhia é uma empresa que possui seus valores muito bem definidos. Dentro desse contexto, trabalha ativamente para que a ética e a integridade sejam a base de todos os relacionamentos, sejam eles com o setor público ou privado, internos ou externos. Com o objetivo de reforçar esse compromisso, em setembro de 2017, foi implantado o Programa de Integridade e Compliance da concessionária, com a apresentação do novo Código de Conduta e Ética Empresarial, integrado à Política do Programa de Integridade. No final de 2018, foi implementada a Política de Avaliação de Compliance de Fornecedores e Parceiros Comerciais.

Já em 2021, foram publicadas as seguintes Políticas: (i) Política de Apuração de Relatos e não Retaliação; (ii) Política Anticorrupção; (iii) Brindes, Presentes e Hospitalidades; (iv) Conflito de Interesses; (v) Interações com Agentes Públicos; (vi) Doações, Campanhas e Patrocínios; (vii) Parcerias Institucionais. Todos os instrumentos foram desenvolvidos para consolidar as diretrizes e expectativas de atuação dos executivos, colaboradores, parceiros comerciais e fornecedores da empresa e estão aderentes às melhores práticas do mercado.

2.3. Governança e Gestão de Riscos Corporativos

A gestão de riscos corporativos da empresa tem o propósito de contribuir para fortalecer os processos de governança corporativa e de gestão, garantir a segurança empresarial, promover mais transparência no relacionamento com todas as partes interessadas e aprimorar o ambiente de controles internos da companhia. Além disso, propõe-se a adicionar e preservar valor, mitigando perdas por meio da identificação de oportunidades e ameaças, atender às normas, requisitos legais e regulatórios pertinentes, melhorar a eficácia e a eficiência operacional e melhorar a prevenção de perdas e a gestão de crises ou incidentes.

2.4. Gestão de Pessoas

Alinhado ao propósito de conectar pessoas e promover um ambiente de constante aprendizado e oportunidades, a Companhia tem reiterado seu compromisso com inúmeros projetos inovadores e com a promoção de um excelente ambiente de trabalho, sustentável, acolhedor e simples, no qual as pessoas tenham espaço para aprender e se desenvolver. Um ambiente que incentive a agilidade e a firmeza de propósito nos processos de tomada de decisão. Além disso, que resulte no fortalecimento dos relacionamentos, na consolidação de uma cultura organizacional de aprendizado e de entrega de resultados, que assegure a garantia da prestação de serviços públicos com excelência operacional e proporcione ao cliente uma experiência única.

O ano de 2021 encerrou-se com os seguintes destaques:

- um quadro de 315 colaboradores, frente aos 346 de 2020, registrando um turnover de 3,11% em 2021;
- do número atual de colaboradores, 27,94% residem em Belo Horizonte, 20,95% em Lagoa Santa, 17,46% em Pedro Leopoldo, 9,52% em Confins, 6,98% em Vespasiano e 17,14% em outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte;
- o investimento de aproximadamente R\$ 224 mil em treinamentos resultaram em 11.663 horas de qualificação e uma média de 3,94 horas de treinamento por colaborador que está posicionado nas funções que demandam treinamentos.

2.5. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista não controlador, os acionistas da Companhia estabeleceram no Estatuto Social que a Infraero possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da Infraero e somente poderá ser aprovado mediante consentimento expresso da mesma, conforme Protocolo de Práticas de Governança Corporativa: Transações com Partes Relacionadas.

Ademais, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supracitado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Mercado Aeroportuário Brasileiro

A aviação comercial brasileira viveu um ano de retomada em 2021, após o forte impacto da pandemia no ano anterior. Apesar de a segunda onda da pandemia (variante Delta) ter impactado a demanda de fevereiro a abril, a partir de maio, a movimentação de passageiros cresceu e alcançou em dezembro um nível de 84,4% em relação ao mesmo mês de 2019.

No total do ano, a recuperação ficou em 65%, sendo 66% no mercado doméstico e 20% no mercado internacional, esse ainda abalado pelo fechamento de fronteiras e pelas barreiras sanitárias. Já o mercado doméstico, embora com tarifas maiores que nos anos anteriores, se mostrou bastante aquecido pelas viagens de lazer, com forte incremento nos voos para o Nordeste.

Entre os destaques do ano estão: (i) o início e a suspensão das operações da Itapemirim, (ii) a compra da Map pela Gol, (iii) a reviravolta da Latam, que fechou o ano como líder de mercado, sendo que no início do ano se apostava numa venda à Azul, (iv) o crescimento da malha da Azul, atendendo mais destinos que em 2019, (v) o leilão de 22 aeroportos da 6ª rodada de concessões da Anac, e (vi) os leilões estaduais de aeroportos, como da Pampulha.

No Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, os principais destaques do ano foram: (i) a maior retomada entre os grandes aeroportos brasileiros, (ii) a entrada de novos destinos regulares: Marabá, São José dos Pinhais, Guanambi e Comandatuba; e (iii) o reconhecimento de melhor aeroporto do Brasil.

Para a aviação brasileira, 2022 será uma oportunidade de avanço na retomada dos níveis pré-pandemia, especialmente para o mercado internacional, com a confiança de que os impactos da pandemia sejam cada vez menores em escala global. No aeroporto são aguardados os voos da Eastern Airlines entre Belo Horizonte e as cidades americanas de Miami, Nova York e Boston.

3.2. Desempenho

O exercício de 2021 foi novamente marcado pela pandemia do coronavírus que seguiu refletindo na economia do Brasil e do mundo. Os resultados da Companhia foram impactados por esse momento pelo qual o país vive, mas foi registrado avanço do desempenho na comparação com 2020.

Indicadores Operacionais	2021	2020	Varição
Número de passageiros totais <small>milhares</small>	6.900	4.812	43,4%
Movimentação total de aeronaves (MTA) <small>milhares</small>	66,7	46,2	44,3%
Volume de Carga ¹ <small>toneladas</small>	17.296	10.403	60,1%

1 Volume de cargas de Importação e Exportação tarifadas no Terminal de Cargas, excluindo importações/exportações de aeronaves. Alteração na metodologia de reporte para o ano de 2020, em que foi reportado o volume total movimentado no Terminal de Cargas.

3.2.1. Receitas Consolidadas

Acompanhando os impactos causados no desempenho operacional, a Companhia registrou receita líquida ajustada de R\$ 192.392 como demonstrado no quadro abaixo:

Receitas Operacionais (R\$ Mil)	2021	2020	Variação
Receitas Tarifárias	156.422	116.377	34,4%
Receitas Não Tarifárias	97.573	55.900	74,5%
Receita Bruta Ajustada ¹	253.995	172.277	47,4%
(-) Deduções da Receita Bruta	-61.991	-45.431	36,45%
Receita Líquida Ajustada ¹	192.004	126.850	52,36%

¹ Ajustes: desconsidera os impactos a Receita de Construção e a Receita Proveniente do Reequilíbrio Contratual, devido aos impactos da pandemia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem desdobrado ações em busca da preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios.

Com o avanço do plano nacional de vacinação contra a Covid-19 pelo país, as operações ganharam novo fôlego. A expectativa é de retomada aos níveis pré-pandemia no final de 2022. Ao longo de 2021, a Companhia seguiu todas as orientações e medidas de prevenção e mitigação de riscos, visando a preservação da integridade de seus colaboradores, clientes e comunidades do entorno, além de continuar com os planos para mitigação dos impactos causados pela pandemia em suas operações.

Desde o início da pandemia, a Companhia acompanhou diariamente os impactos dessa crise de saúde pública mundial em seus negócios, por meio de seu comitê de gestão de crises, segregando os temas em duas frentes:

- **Saúde e Segurança de Pessoas:** o objetivo dessa frente é acompanhar os impactos causados pela pandemia na concessionária e no setor de atuação. A partir dessa avaliação é possível traçar ações para mitigar os impactos e implementar medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo coronavírus para os colaboradores da concessionária, familiares, bem como para todos os usuários do aeroporto.
- **Liquidez Financeira e Continuidade de Negócios:** o objetivo dessa frente é acompanhar os impactos causados pela pandemia no negócio. Em 2021, foram realizadas:
 - I. Revisão do planejamento de gastos (custos e investimentos);
 - II. Dentre outras ações de médio e longo prazo, visando garantir a continuidade dos negócios e a execução do contrato de concessão, negociação com o poder concedente para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em função dos impactos causados pela pandemia ao longo da execução do contrato.

3.2.2. Dívida

Em 24 de agosto de 2018 foi assinado o contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 508 milhões, em 201 parcelas, com custo de TJLP + 2,31 % ao ano, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em dois subcréditos, sendo R\$ 381 milhões correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127 milhões ao subcrédito “B”. Em 16 de novembro de 2018 foi efetuada a liquidação da dívida do empréstimo-ponte no valor de R\$ 418 milhões.

Em 21 de novembro de 2019, houve o segundo desembolso do Contrato de Financiamento no valor de R\$ 14,6 milhões, sendo R\$ 10,9 milhões (75%) referente ao subcrédito “A” e R\$ 3,7 milhões (25%) referente ao subcrédito “B”.

Em 15 de abril de 2020, ocorreu a suspensão dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos subcréditos A e B do Contrato de Financiamento por seis meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, por meio do programa de *standstill* do BNDES, devido à pandemia. Em 15 de setembro de 2020 houve a prorrogação do programa por mais seis meses no período de 15 de setembro de 2020 a 15 de março de 2021.

No dia 17 de setembro de 2021 foi pactuado termo aditivo nº 3 ao contrato de financiamento no qual foi acordado entre o BNDES e a concessionária quanto a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios por nove meses, no período compreendido entre 15 de abril 2021 e 15 de dezembro de 2021 sem alterações na taxa de juros modificando o método de amortização do contrato de SAC para *Price*.

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Ambiental

A Companhia acredita no papel fundamental do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte para fomentar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e da região onde está inserido. Consciente de sua responsabilidade, a Companhia busca disseminar valores, estabelecer parcerias e promover a integração com a comunidade para que esse desenvolvimento seja ambientalmente sustentável. Destacamos as principais realizações do ano:

Licenciamento e Regularização Ambiental Estadual

Em fevereiro de 2021, a Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram CM) concedeu à Companhia a Autorização para Manejo de Fauna Silvestre com validade de cinco anos. Assim, pela primeira vez em toda a concessão, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte foi reconhecido pelo trabalho transparente em manejo de fauna, o que possibilitou a emissão inédita dessa autorização até 2025, uma vez que a renovação se dava anualmente. Isso é resultado de um esforço em conjunto, entre a equipe da Companhia e a empresa terceirizada de manejo de fauna e mitigação do risco fauna, cada vez mais eficiente e ambientalmente correto.

Durante todo o ano de 2021, a equipe de Meio Ambiente da Companhia efetivou a diligência e cumprimento de diversas condicionantes ambientais junto aos órgãos competentes, vinculados à operação da concessionária. Isso assegurou a legalidade e assertividade nos processos de licenciamento ambiental do aeroporto.

Dentre os escopos de condicionantes cumpridas em 2021, tem-se como macrotemas: Ruído Ambiental, Emissões Atmosféricas, Resíduos Sólidos, Fauna, Flora, Educação Patrimonial, Solos, Drenagem, Efluente e Monitoramento Hídrico e Condições Ambientais.

Fauna

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte possui um Centro de Manejo da Fauna estruturado para abrigar temporariamente animais capturados no terminal, que porventura possam causar impactos à operação, como atrasos na autorização de pousos e decolagens até colisões com aeronaves.

O Centro de Manejo de Fauna possui estrutura moderna e totalmente adaptada para o acondicionamento e bem-estar dos animais capturados, até que possam ser soltos em área segura, afastada do aeroporto.

Programa de Coleta Seletiva

Compromisso com a preservação do meio ambiente aliado à geração de emprego e renda para 28 famílias da região de Lagoa Santa. O Programa de Coleta Seletiva já alcançou a marca de 1,6 mil toneladas de resíduos coletados e doados à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lagoa Santa (Ascamare), desde agosto de 2014. A associação é a única com qualificação para atender a grandes empresas da região.

Emissões de Carbono

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte está entre os 19 aeroportos certificados na América Latina e Caribe, acreditados com o Nível 2 - Redução das emissões, pela Airport Carbon Accreditation (ACA). Esse nível de acreditação envolve a gestão de carbono do terminal e sua progressão em direção a uma pegada de carbono neutra. Para que isso ocorra, o aeroporto adota processos eficazes de descarbonização em seus projetos do ponto de vista da gestão de efluentes, consumo de combustíveis e eficiência energética, mitigando os impactos de sua operação.

Resíduos Sólidos

Consolidação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), alcançando o marco de 1.673 toneladas de resíduos recicláveis doados pelo aeroporto gerando grandes resultados provenientes do Programa de Coleta Seletiva Solidária desenvolvido pela Companhia, que, reforçou nosso compromisso com a responsabilidade socioambiental. Devido à Pandemia o processo de compostagem acelerada de resíduos orgânicos, gerados no terminal de passageiros, foi temporariamente suspenso em 2021 e devido ao período que passou desligada retomou a operação em 2022, em fase de teste.

4.2. Reconhecimentos e Prêmios

Selo Verde: as práticas socioambientais do aeroporto também foram reconhecidas e o terminal recebeu o selo verde durante a edição 2021 do “Green Airport Recognition”, a conferência anual do Conselho Internacional de Aeroportos da América Latina e Caribe (ACI-LAC), em Cancún, no México. O reconhecimento é destinado a valorizar as iniciativas sustentáveis que minimizem os impactos da aviação no meio ambiente e nas comunidades do entorno.

O aeroporto recebeu o prêmio pelo projeto Coletiva Seletiva Solidária, desenvolvido desde o início da concessão da BH Airport, em 2014. A iniciativa alcançou a marca de mais de 1.600 toneladas de resíduos doados à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (Ascamare) de Lagoa Santa, cidade do entorno do aeroporto. A ação reflete diretamente na geração de renda para 27 famílias de associados à Ascamare que comercializam os resíduos. Entre os materiais doados estão papel, papelão, plástico, vidro, pallets de madeira e metal.

Certificação de Saúde: em 2021, o terminal também conquistou a certificação Airport Health Accreditation, Credenciamento de Saúde Aeroportuária (tradução livre), da Airport Council International (ACI). A entidade avaliou as medidas de saúde adotadas para promover a segurança de passageiros, visitantes e toda a comunidade aeroportuária. A certificação foi concedida após avaliação criteriosa de todas as ações realizadas pelo aeroporto desde o início da pandemia do coronavírus. Ficou constatado que o aeroporto fornece uma experiência segura para todos os viajantes, que está de acordo com as medidas de saúde recomendadas nas diretrizes de Retomada e Recuperação de Negócios de Aviação, da ACI, e da Força-tarefa de Recuperação de Aviação do Conselho da Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO).

5. Considerações Finais

5.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizado e crescimento.

5.2. Auditores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Confins, 4 de abril de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Confins – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.(Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 04 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.433	52.986	Financiamentos	14	345.747	23.303
Aplicações financeiras	6	32.311	-	Fornecedores	16	15.035	7.481
Contas a receber	7	50.603	80.966	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	1.233	14.206
Contas a receber - partes relacionadas	10	18	4	Impostos e contribuições a recolher		4.978	13.047
Despesas antecipadas		1.894	1.228	Obrigações sociais e trabalhistas		10.308	12.663
Impostos a recuperar	8	5.098	3.785	Obrigações com o poder concedente	21 (a) e (b)	165.940	97.039
Outros créditos		2.052	1.489	Passivo de arrendamento	13	92	-
				Outras contas a pagar		6.000	5.705
Total do ativo circulante		188.409	140.458	Total do passivo circulante		549.333	173.444
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	-	13.985	Financiamentos	14	115.249	406.930
Contas a receber - partes relacionadas	10	20.432	27.520	Obrigações com o poder concedente	21 a	1.748.175	1.568.480
Impostos diferidos	9 b	466.381	365.671	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	15	5.221	765
Impostos a recuperar	8	61.191	64.547	Fornecedores	16	817	-
Depósitos judiciais		138	172	Passivo de arrendamento	13	21	-
Outros créditos		3.462	3.334	Outras contas a pagar		-	5
				Total do passivo não circulante		1.869.483	1.976.180
		551.604	475.229				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
	11	9.436	11.836	Capital social	17a	906.940	906.940
Intangível	12	1.629.507	1.682.496	Prejuízos acumulados		(932.257)	(735.945)
Infraestrutura em construção	12	14.433	10.600				
Direito de uso de arrendamento	13	110	-	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(25.317)	170.995
Total do ativo não circulante		2.205.090	2.180.161				
Total do ativo		2.393.499	2.320.619	Total do passivo e patrimônio líquido		2.393.499	2.320.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	18	236.638	246.077
Custos dos serviços prestados			
Serviços		(35.955)	(54.731)
Custo com pessoal		(31.172)	(34.135)
Custo de construção		(37.795)	(17.152)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(44.180)	(45.082)
Custo da outorga		(11.201)	(7.108)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.578)	(1.975)
Energia elétrica		(8.927)	(9.800)
Outros		(1.075)	(2.772)
		<u>(175.883)</u>	<u>(172.755)</u>
Lucro bruto		<u>60.755</u>	<u>73.322</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(12.479)	(15.292)
Serviços		(20.042)	(20.741)
Materiais, equipamentos e veículos		(207)	(192)
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(237)	(370)
Perdas com clientes		(128)	(2.483)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.266)	(2.236)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas		(4.456)	(89)
Gastos com viagens e estadias		(167)	(97)
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber		(2)	1.663
Impostos, taxas e despesas com cartório		(63)	(383)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(992)	(1.288)
Outros		(1.396)	(2.132)
		<u>(41.435)</u>	<u>(43.640)</u>
Outros resultados operacionais		<u>(469)</u>	<u>104</u>
Resultado antes do resultado financeiro		18.851	29.786
Resultado financeiro	19	<u>(315.872)</u>	<u>(225.182)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(297.021)</u>	<u>(195.396)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9a	<u>100.710</u>	<u>65.232</u>
Prejuízo líquido do exercício		(196.311)	(130.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo líquido do exercício	(196.311)	(130.164)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(196.311)</u></u>	<u><u>(130.164)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	906.940	(605.781)	301.159
Prejuízo líquido do exercício	-	(130.164)	(130.164)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>906.940</u>	<u>(735.945)</u>	<u>170.995</u>
Prejuízo líquido do exercício	-	(196.312)	(196.312)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>906.940</u>	<u>(932.257)</u>	<u>(25.317)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(196.312)	(130.164)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(100.710)	(65.232)
Depreciação e amortização	44.351	45.452
Baixa e reclassificação para resultado do ativo imobilizado e intangível	553	120
Variação monetária das obrigações com o poder concedente	247.730	137.524
Juros e variação monetária sobre financiamentos	30.763	29.294
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	5.016	682
Provisão (reversão) para perda esperada – contas a receber	2	(1.663)
Juros e variação monetária com partes relacionadas	(9.438)	(10.823)
Ajuste a valor presente de obrigações com poder concedente	44.301	69.485
Ajuste a valor presente do contas a receber - poder concedente	(8.373)	4
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	364	75
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantuil	8	-
Depreciação - arrendamento mercantil	66	-
Variação monetária sobre depósitos judiciais	-	(4.354)
Rendimento de aplicação financeira	2.771	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(703)	(183)
	256.701	200.381
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução dos ativos:		
Contas a receber	86.509	(47.309)
Contas a receber - partes relacionadas	16.512	(12.507)
Impostos a recuperar	1.435	13.392
Despesas antecipadas e outros créditos	(1.363)	703
Depósitos judiciais	34	86
Adiantamento a fornecedores	6	-
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	9.139	(2.831)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	(12.973)	7.062
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.355)	(705)
Impostos e contribuições a recolher	(8.069)	8.568
Obrigações com o poder concedente	(43.435)	5.883
Pagamentos de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(924)	(668)
Outras contas a pagar	290	(4.872)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	105.195	37.019
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.843)	(1.544)
Adições ao ativo intangível	(40.395)	(20.494)
Outros de ativo imobilizado e intangível	1.658	1.225
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(35.082)	43.073
Resgates (conta reserva)	13.985	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos	(61.677)	22.260
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Resgates (conta reserva)	-	1.398
Arrendamento mercantil		
Pagamentos de principal e juros	(71)	-
Financiamento		
Pagamento de principal	-	(6.492)
Pagamento de juros	-	(7.446)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(71)	(12.540)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	43.447	46.739
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	52.986	6.247
No final do exercício	96.433	52.986
	43.447	46.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receitas			
Receitas aeroportuárias	19	253.995	284.756
Receitas de partes relacionadas	19	-	4
Receitas de construção	19	37.795	17.152
Receitas de remuneração de ativo financeiro	19	6.750	-
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber		(2)	1.663
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(37.795)	(17.152)
Custos dos serviços prestados		(54.801)	(74.621)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(62.937)	(56.487)
Outorga		(55.502)	(76.593)
Valor adicionado bruto		<u>87.503</u>	<u>78.722</u>
Depreciação e amortização		<u>(44.417)</u>	<u>(45.452)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>43.086</u>	<u>33.270</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	<u>14.164</u>	<u>17.490</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>57.250</u>	<u>50.760</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		27.248	31.511
Benefícios		7.552	8.900
FGTS		1.842	1.909
Outras		375	236
Tributos			
Federais		(71.185)	(30.236)
Estaduais		90	86
Municipais		5.959	(643)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		280.482	168.319
Aluguéis		1.199	842
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo líquido do exercício		(196.312)	(130.164)
		<u>57.250</u>	<u>50.760</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. (“Companhia” ou “BH Airport”), é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de janeiro de 2014, tendo como objeto exclusivo a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção, exploração de infraestrutura aeroportuária e do respectivo Complexo Aeroportuário, localizados nos municípios de Confins e Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, e outras atividades necessárias ou convenientes a este fim, como a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades compreendidas no objeto social, a importação de bens e serviços necessários à execução das atividades compreendidas no objeto social e à execução de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto.

A sede está localizada na Rodovia LMG 800, Km 7,9, s/n, município de Confins – MG, sala B13A.

A concessão compreende o Complexo Aeroportuário a ser implementado em três fases:

- FASE I-A – transferência das operações do Aeroporto da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para a Companhia que ocorreu em três etapas:
 - Estágio I: Iniciada em 07 de maio de 2014, no qual a Concessionária apresentou à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o Plano de Transferência Operacional (PTO), encerrado em 02 de junho de 2014;
 - Estágio II: Após 02 de junho de 2014, a operação ficou sobre responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO sendo assistida pelos prepostos da Companhia até o dia 11 de agosto de 2014; e
 - Estágio III: A partir de 12 de agosto de 2014, a Companhia assumiu a operação do Aeroporto sendo auxiliada por prepostos indicados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, até o dia 11 de janeiro de 2015.

A partir do dia 12 de janeiro de 2015, a Companhia assumiu integralmente a operação do Aeroporto.

- FASE I-B – ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação e melhoria do nível de serviço;
- FASE II – demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA – Plano de Exploração Aeroportuária.

A concessão, conforme definido no Edital de Leilão nº 01/2013, terá prazo de 30 anos, contados a partir da data de eficácia, em 07 de maio de 2014.

Em 26 de abril de 2021, foi assinado o Termo Aditivo no 8 ao contrato de concessão, tendo como objeto a alteração pontual do Anexo 5 para permitir a revisão, em 2021, dos valores estimados para custos e despesas do Fluxo de Caixa Marginal, conforme os valores realizados em 2020, em consonância com a Decisão nº 216/2020 da ANAC, que deferiu o pleito de reequilíbrio contratual apresentado pela Companhia, em razão dos impactos econômicos decorrentes do COVID-19 para o setor de concessões aeroportuárias no ano de 2020.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos, com relação ao financiamento do BNDES da Companhia que na data-base de 31 de dezembro de 2021, não alcançou o indicador ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) que deveria ser menor que 3,5, o que obriga a Companhia, para não incorrer em vencimento antecipado, é necessária a apresentação de carta de fiança bancária pela Companhia até 30 de junho de 2022, conforme mencionado em parágrafo anterior. No momento, a Companhia encontra-se em discussão antecipada com o BNDES, visando obtenção de *waiver* para apresentação da carta fiança, consequentemente, a dívida está apresentada no passivo circulante até o atendimento do covenant ou obtenção do *waiver*.
- Em 15 de abril de 2021, o BNDES aprovou à Companhia a suspensão do pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de abril de 2021 e 15 de junho de 2021, sendo os valores das prestações suspensas incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato.
- Em 6 de julho de 2021, o BNDES aprovou à Companhia a suspensão do pagamento das parcelas com vencimento entre 15 de julho de 2021 e 15 de dezembro de 2021, sem custos adicionais, sendo que os valores foram incorporados ao saldo devedor e redistribuídos nas parcelas restantes da dívida, mantido o termo final do contrato. Além disso, foram aprovadas a alteração do sistema de amortização do contrato para tabela *Price* e a liberação do saldo vinculado à conta reserva, cuja recomposição deverá ocorrer em até seis meses após a retomada do pagamento das parcelas.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) *Receitas de contratos com clientes*

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou ao prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de concessão – vide item “m”
- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia;
- ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrio.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

m) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 22), baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao Poder Concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

p) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 13.

q) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2)

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

r) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15;
- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 04 de abril de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)
- 9b Impostos diferidos
- 14 Intangível e infraestrutura em construção
- 15 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas
- 20 Instrumentos financeiros

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6,10,16,20 e 21.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos em moeda nacional (a)	731.820	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	1.233	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	21.035	-	-	-	-
Obrigações com poder concedente	165.940	100.114	97.445	94.896	1.455.720

(a) Valores brutos dos custos de transação.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 476.173 (R\$ 32.986 negativo em 2020), substancialmente composto por financiamentos a pagar e compromissos vinculados a contrato de concessão, detalhado nas notas explicativas nº 14 e 21. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro de acionista. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em vista do exposto, apesar do saldo do Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante e apuração de sucessivos prejuízos nos últimos exercícios, situação que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, as informações contábeis anuais foram elaboradas levando em consideração o pressuposto de continuidade e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	2.222	2.464
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>94.211</u>	<u>50.522</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>96.433</u></u>	<u><u>52.986</u></u>

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras (CDB)	<u>32.311</u>	<u>-</u>
Total - Circulante	<u>32.311</u>	<u>-</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide NE 15)	<u>-</u>	<u>13.985</u>
Total - Não Circulante	<u>-</u>	<u>13.985</u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>32.311</u></u>	<u><u>13.985</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,03% do CDI, equivalente a 4,40% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (99,56% do CDI, equivalente a 2,76% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Receitas tarifárias (a)	33.147	17.864
Receitas não tarifárias (b)	17.854	8.912
Poder concedente (d)	<u>-</u>	<u>54.586</u>
	51.001	81.362
Provisão para perda esperada – contas a receber (c)	<u>(398)</u>	<u>(396)</u>
	<u><u>50.603</u></u>	<u><u>80.966</u></u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos a vencer	46.138	75.889
Créditos vencidos até 60 dias	4.148	5.001
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	317	76
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	181	124
Créditos vencidos há mais de 181 dias	217	272
	<u>51.001</u>	<u>81.362</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia;
- (b) Créditos a receber decorrentes de receitas acessórias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio;
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia; e
- (d) Em 2021, do montante movimentado de R\$ 54.586, referiu-se: (i) o valor de R\$ 61.336, em principalmente a abatimentos de outorga variável e contribuições tarifárias, em consonância com a decisão no 284/2021 da ANAC; (ii) R\$ 1.623 a redução de contas a receber devido a reequilíbrio econômico; e (iii) R\$ 8.373 a variação monetária. O saldo de 2020, refere-se ao reequilíbrio de curto prazo da Covid-19, no montante total de R\$ 112.479 (atualizado para 31/12/2020), formalizado através do ofício nº 279/2020 do Ministério da Infraestrutura, parte desde valor no montante de R\$ 57.893 foi usado para pagamento da outorga fixa de 2020 e o saldo remanescente de R\$ 54.586 pode ser usado para abatimento de próximas parcelas.

8. Tributos a recuperar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL	32	12
COFINS	1.088	2.346
IRRF	535	436
PIS	2.458	509
ISS	171	165
Outros	814	317
	<u>5.098</u>	<u>3.785</u>
Não circulante		
IRPJ e CSLL	-	537
COFINS	10.921	52.586
PIS	50.270	11.424
	<u>61.191</u>	<u>64.547</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do crédito tributário de IRPJ e CSLL no curto prazo trata-se CSLL retido na fonte. No longo prazo, está registrado a retenção na fonte decorrente dos ressarcimentos da Infraero. O valor do crédito tributário de PIS e COFINS refere-se a créditos sobre investimentos do ativo intangível e imobilizado.

9. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(297.021)	(195.396)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	100.987	66.435
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(564)	(770)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	287	(433)
Receita de imposto de renda e contribuição social	100.710	65.232
Impostos diferidos	100.710	65.232
Alíquota efetiva de impostos	<u>-34%</u>	<u>-33%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>Saldo em 2021</u>				
	<u>2020</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	309.476	90.351	399.827	399.827	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.570	9	1.579	1.579	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	135	-	135	135	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	260	1.515	1.775	1.775	-
Provisão para fornecedores	712	(562)	150	150	-
Ajuste a valor presente	74.398	8.832	83.230	83.230	-
Arrendamento mercantil	-	3	3	3	-
Capitalização de juros	(20.302)	490	(19.812)	-	(19.812)
Custo de transação de empréstimos	(578)	72	(506)	-	(506)
Imposto diferido líquido ativo (passivo) antes da compensação	365.671	100.710	466.381	486.699	(20.318)
Compensação de imposto	-	-	-	(20.318)	20.318
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>365.671</u>	<u>100.710</u>	<u>466.381</u>	<u>466.381</u>	<u>-</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2020			
	2019	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	261.710	47.766	309.476	309.476
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.589	(19)	1.570	1.570
Provisão para perda esperada - contas a receber	700	(565)	135	135
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	229	31	260	260
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	35.155	18.363	53.518	53.518
Provisão para fornecedores	1.056	(344)	712	712
Imposto diferido líquido ativo	300.439	65.232	365.671	365.671

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2022	3.477
2023	7.855
2024	12.171
2025	17.205
2026	21.733
de 2027 em diante	337.386
	<u>399.827</u>

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2021		2021	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores
Controladora				
Infraero	485 (c)	9.438 (f)	20.432 (f)	-
Controladoras indiretas				
CCR	5.383 (a)	-	13 (e)	1.233 (a)
CPC	6.828 (b)	-	1 (e)	- (b)
Zurich Airport Latim América	506 (g)	-	-	-
Zurich Airport	1.827 (d)	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Bloco Sul	-	-	4 (e)	-
Total	<u>15.029</u>	<u>9.438</u>	<u>20.450</u>	<u>1.233</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas financeiras	Ativo	Passivo
			Contas a receber	Fornecedores
Controladora				
Infraero	1.193 (c)	10.823 (f)	27.520 (f)	-
Controladoras indiretas				
CCR	6.956 (a)	-	2 (e)	467 (a)
CPC	7.628 (b)	-	2 (e)	606 (b)
Zurich Airport Latim América	1.751 (h)	-	-	-
Zurich Airport	21.467 (d)	-	-	13.133 (d)
Total	38.995	10.823	27.524	14.206

Despesas com profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração (h)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	4.212	3.693
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	2.102	1.727
(Reversão) provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(1.004)	290
Previdência privada	159	154
Seguro de vida	7	8
	<u>5.476</u>	<u>5.872</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (h)	<u>2.429</u>	<u>2.057</u>

Na AGO realizada em 26 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 6.659, a qual não inclui os encargos sociais. A remuneração anual inclui salários, benefícios, remuneração variável pagos no ano e contribuição para seguridade social.

- Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS (*Global Business Service*), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- Contrato de prestação exclusiva de serviços, suporte e manutenção em tecnologia da informação executados pela CCR – GBS (*Global Business Service*), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Refere-se, a software de propriedade da Infraero no qual a Companhia pagou pela utilização, designado para de gerenciamento do terminal de carga;
- (d) Contrato de consultoria de operação e gerenciamento do Aeroporto, firmado em 02 de dezembro de 2014, com vencimento prorrogado para 31 de maio de 2022;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (f) Reembolsos recebidos e a receber da Infraero, de acordo com anexo 3 do contrato de concessão, relativos a obras que eram de sua responsabilidade, mas foram executadas pela Companhia;
- (g) Serviço de consultoria variável de acordo com o contrato da OMSCA, fornecido pela Zurich Airport; e
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros de administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.442	-	(324)	694	(284)	3.528
Máquinas e equipamentos		15.066	-	(747)	(179)	(38)	14.102
Veículos		17.681	-	(1)	240	(22)	17.898
Imobilizações em andamento		806	1.843	-	(1.440)	-	1.209
Total custo		36.995	1.843	(1.072)	(685)	(344)	36.737
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.404)	(336)	225	(644)	-	(2.159)
Máquinas e equipamentos	12	(7.955)	(1.740)	695	644	-	(8.356)
Veículos	25	(15.800)	(987)	1	-	-	(16.786)
Total depreciação		(25.159)	(3.063)	921	-	-	(27.301)
Total geral		11.836	(1.220)	(151)	(685)	(344)	9.436
		2019		2020			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		3.288	-	(8)	164	(2)	3.442
Máquinas e equipamentos		14.271	-	(5)	889	(89)	15.066
Veículos		17.550	-	(9)	157	(17)	17.681
Imobilizações em andamento		1.371	1.544	-	(2.109)	-	806
Total custo		36.480	1.544	(22)	(899)	(108)	36.995
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.064)	(341)	3	(2)	-	(1.404)
Máquinas e equipamentos	12	(5.998)	(1.961)	4	-	-	(7.955)
Veículos	25	(13.331)	(2.478)	9	-	-	(15.800)
Total depreciação		(20.393)	(4.780)	16	(2)	-	(25.159)
Total geral		16.087	(3.236)	(6)	(901)	(108)	11.836

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível;
- (b) O montante de 2021 de R\$ 344 refere-se à: (i) transferência para o contas a receber – partes relacionadas; e (ii) crédito de Pis e Cofins. Em 2020, a totalidade refere-se a crédito de Pis e Cofins.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2020		2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		781.323	-	(451)	7.263	(19.255)	768.880
Direitos de uso de sistemas informatizados		27.287	-	-	879	(52)	28.114
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		178	51	-	(194)	-	35
Direito da concessão		1.059.046	-	-	-	-	1.059.046
Total custo		1.867.834	51	(451)	7.948	(19.307)	1.856.075
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(50.516)	(17.463)	58	-	-	(67.921)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(25.316)	(937)	-	-	-	(26.253)
Direito da concessão	(*)	(109.506)	(22.888)	-	-	-	(132.394)
Total amortização		(185.338)	(41.288)	58	-	-	(226.568)
Intangível		1.682.496	(41.237)	(393)	7.948	(19.307)	1.629.507
Infraestrutura em construção (d)		10.600	40.344	(9)	(7.263)	(29.239)	14.433
2019							
	Taxa média anual de	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		804.436	-	(1)	27.974	(51.086)	781.323
Direitos de uso de sistemas informatizados		26.414	-	-	963	(90)	27.287
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		94	148	-	(64)	-	178
Direito da concessão		1.060.271	-	-	-	(1.225)	1.059.046
Total custo		1.891.215	148	(1)	28.873	(52.401)	1.867.834
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(36.051)	(14.467)	-	2	-	(50.516)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(20.447)	(4.869)	-	-	-	(25.316)
Direito da concessão	(*)	(88.170)	(21.336)	-	-	-	(109.506)
Total amortização		(144.668)	(40.672)	-	2	-	(185.338)
Intangível		1.746.547	(40.524)	(1)	28.875	(52.401)	1.682.496
Infraestrutura em construção		21.321	20.346	(113)	(27.974)	(2.980)	10.600

(*) Amortização pela curva do benefício econômico;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível;

(b) Do montante total: (i) R\$ 47.465 transferência para o contas a receber – partes relacionadas; (ii) R\$ 1.658 à recebimento de sinistros; (iii) R\$ 642 à crédito de Pis e Cofins; e (iv) R\$ 65 à caução;

(c) Refere-se a redução por transferência de saldo para o contas a receber de partes relacionadas relativo a direitos de exploração da infraestrutura concedida e direitos de uso de sistemas informatizados realizadas pela BH Airport ressarcidas pela Infraero, no montante de (R\$ 940), constituição de contas a receber de partes relacionadas no montante de (R\$ 54.058), reajuste de contrato de R\$ 1.225 e crédito de Pis e Cofins no montante de R\$ 842; e

(d) Das obras que compõe a infraestrutura em construção, destacam-se: (i) obras de revitalização do Terminal de passageiros 1 (TPS1) e disponibilização; (ii) ampliação da infraestrutura de 400Hz equipamentos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica para aeronaves em solo; e (iii) investimentos na recuperação do pavimento da pista de pouso e decolagem do aeroporto, na cabeceira 16.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFIN S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Arrendamento mercantil

a. Direito de uso de arrendamento

	2020		2021	
	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Equipamentos operacionais	-	176	(66)	110
	-	176	(66)	110

b. Passivo de arrendamento

	2020		2021			
	Saldo inicial	Adições	Reversão do ajuste a valor presente	Pagamento	Transferências	Saldo final
Circulante	-	84	8	(71)	71	92
Não circulante	-	92	-	-	(71)	21
	-	176	8	(71)	-	113

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido um montante de R\$ 330 como despesa de aluguel, decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Cronograma – não circulante

	2021
2023	21
	21

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em		Vencimento final	2021	2020
				2021				
Em moeda nacional								
1. BNDES - TJLP (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	2.164	1.490	Dezembro de 2035	460.996	430.233	(b) (c) (d) (e)
Total geral				1.490		460.996	430.233	
Circulante								
Financiamentos						346.864	23.510	
Custos de transação						(1.117)	(207)	
						345.747	23.303	
Não Circulante								
Financiamentos						115.622	408.419	
Custos de transação						(373)	(1.489)	
						115.249	406.930	

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado.
(c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.
(d) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.
(e) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2021
2023	8.511
2024	8.511
2025	8.511
2026 em diante	89.716
(-) Custo de transação	(373)
	<u>115.249</u>

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES, que contém condição geral de *cross default* com outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, que estabelece a possibilidade do BNDES vencer a dívida da Companhia antecipadamente, caso haja inadimplemento de outras dívidas perante o BNDES, firmadas por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 24 de agosto de 2018, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 508.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em 2 subcréditos, sendo R\$ 381.000 correspondentes ao subcrédito “A” e R\$ 127.000 ao subcrédito “B”, ambos remunerados pela TJLP + 2,31% a.a.. As liberações ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Subcrédito “A”	Subcrédito “B”	Total
1ª	16/11/2018	R\$ 313.483	R\$ 104.494	R\$ 417.977
2ª	21/11/2019	R\$ 10.987	R\$ 3.662	R\$ 14.649
Total		R\$ 324.470	R\$ 108.156	R\$ 432.626

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As primeiras parcelas de juros foram pagas trimestralmente, de 15 de dezembro de 2018 a 15 de dezembro de 2019 e mensalmente desde então, juntamente com as parcelas de amortização do principal, exceto pelos eventos a seguir:

Em 14 de abril de 2020, foi aprovada pelo BNDES a suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do financiamento, por 6 meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Em 14 de outubro de 2020, foi aprovada pelo BNDES a renovação da suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do financiamento, por mais 6 meses, no período compreendido entre 15 de outubro de 2020 e 15 de março de 2021, sem alteração do termo final do prazo de amortização e sem alteração da taxa de juros.

Caso sejam ressarcidas ou recompensadas as obras do Poder Público, conforme definido no anexo 3 do contrato de concessão, realizadas pela Companhia, o BNDES poderá exigir a liquidação parcial antecipada do contrato de financiamento, no montante que tenha sido utilizado para financiamento a estas obras, proporcionalmente aos valores dos subcréditos “A” e “B”, bem como a Companhia se compromete desde já a efetuar-la, sendo certo que: (i) caso a Companhia seja ressarcida ou recompensada por meio de prorrogação do prazo do contrato de concessão e/ou de prorrogação do prazo de cronograma de investimentos ou obras, não haverá necessidade de liquidação parcial antecipada; e (ii) caso o ressarcimento ou recomposição seja obtido por meio de qualquer outro mecanismo, a necessidade de liquidação parcial antecipada será determinada a critério exclusivo do BNDES.

Este financiamento conta com as garantias:

- Penhor de ações, onde a SPAC dará ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da investida direta Companhia e as acionistas diretas da SPAC darão ao BNDES em penhor, a totalidade das ações, presentes e futuras, de sua propriedade de emissão da SPAC.
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios do Aeroporto de Confins, direitos emergentes da concessão em decorrência do contrato de concessão, e de todos os direitos creditórios da Companhia.
- Fiança dos acionistas CCR e Flughafen Zurich, limitada a sua responsabilidade à dívida decorrente do subcrédito A e B, respectivamente.

A Companhia deverá apresentar fiança(s) bancária(s) ao BNDES até 30 de junho do ano seguinte ao encerramento social para: (i) dívida decorrente do subcrédito “A” e de 75% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Controladora CCR esteja menor ou igual a 3,5; e (ii) dívida decorrente do subcrédito “B” e por 25% da dívida não decorrente de subcrédito específico, caso a Flughafen Zurich não apresente classificação de risco compreendida na categoria “grau de investimento” em relatório emitido por Fitch Ratings, Moody’s, Standard & Poor’s ou outra entidade classificadora de risco expressamente aceita pelo BNDES e não seja apresentado o parecer da empresa de auditoria independente que ateste que o índice Dívida Líquida/EBITDA da Flughafen Zurich esteja menor ou igual a 3,0.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As fianças bancárias não serão necessárias caso no mesmo ano-civil em que ocorra o descumprimento do índice financeiro pela respectiva fiadora, o ICSD for maior que 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA (Resultado antes do resultado financeiro + Depreciação e amortização) diminuído do IRPJ e CSLL correntes, quando houver, e do pagamento da outorga fixa no ano / Serviço da Dívida, bem como, a 2ª pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional de Confins encontre-se operacional.

Adicionalmente, a Companhia não deverá, sem prévio consentimento, distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio referentes a um ano-fiscal, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o § 2º do art. 202 da lei nº 6.404/76 quando o ICSD for inferior a 1,3.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, apurado pela Controladora CCR S.A. fiadora do subcrédito “A”, foi superior ao máximo estabelecido no contrato de financiamento da Companhia que é de 3,5. Tendo em vista o não atendimento deste *covenant*, para não haver inadimplência do contrato, é necessária a apresentação de carta de fiança bancária pela concessionária até 30 de junho de 2022, conforme mencionado em parágrafo anterior. No momento, a Companhia encontra-se em discussão antecipada com o BNDES, referente ao subcrédito “A”, visando obtenção de *waiver* para apresentação da carta fiança, conseqüentemente, a dívida está apresentada no passivo circulante até o atendimento do *covenant* ou obtenção do *waiver*.

Quanto ao subcrédito “B”, os *covenants* estabelecidos foram atingidos sem necessidade de tomada de ação.

Em 2021, não ocorreram novas captações, pagamento de principal ou juros, conforme as cláusulas do contrato e a nota explicativa 1.1.

15. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2020		2021		Atualização de bases processuais e mone tária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos		
Não circulante						
Cíveis	-	83	(2)	(83)	4	2
Trabalhistas	765	5.342 (a)	(407)	(841)	360	5.219
	<u>765</u>	<u>5.425</u>	<u>(409)</u>	<u>(924)</u>	<u>364</u>	<u>5.221</u>

(a) Trata-se, principalmente de Reclamação Trabalhista ajuizada pelo Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos – SINA.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis	59	104
Trabalhistas	1.457	616
	<u>1.516</u>	<u>720</u>

16. Fornecedores

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	14.195	6.477
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	36	205
Cauções e retenções contratuais (b)	804	799
	<u>15.035</u>	<u>7.481</u>

(a) Refere-se principalmente a valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 906.940, composto por 1.070.450.637 de ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Participação acionária	Quantidade de ações (em unidades)	Quantidade de ações (em unidades)
SPAC	51,0%	545.929.825	545.929.825
INFRAERO	49,0%	524.520.812	524.520.812
		<u>1.070.450.637</u>	<u>1.070.450.637</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Receitas operacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas tarifárias	156.422	116.377
Receitas não tarifárias	97.573	168.379
Receitas tarifárias - partes relacionadas	-	4
Receita de remuneração de ativo financeiro	6.750	-
Receitas de construção	<u>37.795</u>	<u>17.152</u>
Receita bruta	298.540	301.912
Impostos sobre as receitas	(28.908)	(29.751)
Contribuição mensal (a)	(32.213)	(24.194)
Receitas canceladas	<u>(781)</u>	<u>(1.890)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(61.902)</u>	<u>(55.835)</u>
Receita operacional líquida	<u>236.638</u>	<u>246.077</u>

(a) Contribuição Mensal criada através da Lei 13.319, de 25 de julho de 2016, a qual alterou o valor das tarifas aeroportuárias da Companhia, incorporando o adicional tarifário (ATAERO), o que implicou em aumento de 35,9% nas receitas reguladas da Concessionária. O ATAERO era uma tarifa que a concessionária cobrava em nome do Poder Concedente. A Contribuição Mensal é aplicada ao adicional tarifário, excluindo-se os impostos incidentes sobre a receita, resultando em uma alíquota de 22,65% sobre as receitas reguladas.

19. Resultado financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(30.763)	(29.294)
Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	(247.730)	(137.524)
Reversão do ajuste a valor presente - outorga fixa	(44.301)	(69.485)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(140)	(299)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(8)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(7.094)</u>	<u>(6.070)</u>
	<u>(330.036)</u>	<u>(242.672)</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	9.438	10.823
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.237	1.383
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	843	482
Outras receitas financeiras	<u>646</u>	<u>4.802</u>
	<u>14.164</u>	<u>17.490</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(315.872)</u>	<u>(225.182)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a acionista indireta CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	2.222	-	-	2.464	-	-
Aplicações financeiras	126.522	-	-	50.522	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	-	-	-	13.985	-	-
Ativo financeiro	-	-	-	-	54.586	-
Contas a receber	-	50.603	-	-	26.380	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	20.450	-	-	27.524	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(460.996)	-	-	(430.233)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(21.852)	-	-	(13.191)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.233)	-	-	(14.206)
Passivo de arrendamento	-	-	(113)	-	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(1.914.115)	-	-	(1.665.519)
	128.744	71.053	(2.398.309)	66.971	108.490	(2.123.149)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto: (i) ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor; e (ii) fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Financiamentos em moeda nacional, passivo de arrendamento e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos e das obrigações com o Poder Concedente equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Nível 2		
Aplicações financeiras e conta reserva	126.522	64.507

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4) (5)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP (2)	Dezembro de 2035	462.486	(34.734)	(40.791)	(46.850)
Aplicação financeira (CDB) (6)	CDI (3)		126.522	7.993	9.968	11.930
				<u>(26.741)</u>	<u>(30.823)</u>	<u>(34.920)</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(26.741)</u>	<u>(30.823)</u>	<u>(34.920)</u>

As taxas de juros consideradas foram (1):

TJLP (2)	0,16%	0,20%	0,24%
CDI (3)	9,15%	11,43%	13,72%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pelo BNDES;
 (3) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
 (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
 (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP);
 (6) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Contribuição fixa

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

	2021		2020	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	155.547	154.739	91.691	89.930
Não circulante	2.351.584	1.748.175	2.215.236	1.568.480
	<u>2.507.131</u>	<u>1.902.914</u>	<u>2.306.927</u>	<u>1.658.410</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolso

	2021		2020	
	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor nominal	Valor Presente (Contábil)
2021	-	-	91.691	89.930
2022	155.547	154.739	91.691	48.342
2023	101.536	100.114	91.690	49.366
2024	101.536	97.445	91.690	50.258
2025	101.536	94.896	91.690	51.452
2026 em diante	2.046.976	1.455.720	1.848.476	1.369.062
	<u>2.507.131</u>	<u>1.902.914</u>	<u>2.306.928</u>	<u>1.658.410</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo nº 007/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, que alteraram de maio para dezembro. Em 31 de dezembro de 2021, houve a compensação no montante de R\$ 36.540 entre outorga fixa e contas a receber.

A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

b. Contribuição variável

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da Concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO (Adicional de Tarifa Aeroportuária) às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

	2021	2020
Circulante	11.201	7.108

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. O saldo em 31 de dezembro de 2020, foi compensado com saldo de contas a receber do Poder Concedente, conforme permitido pela Decisão nº 284 da ANAC, de 11 de fevereiro de 2021, no montante de R\$ 7.108.

O saldo em 31 de dezembro de 2021 totalizando o montante de R\$ 11.201 com vencimento em maio de 2022 deixará de ser abatida por meio de compensação com valores a receber do Poder Concedente.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão, no montante de R\$ 159.356 em 2021 e R\$ 300.311 em 2020 (conforme PMI – Programa de Melhorias da Infraestrutura enviado a Agência Nacional de Aviação Cível em 31 de dezembro de 2015).

Os valores representam 100% da concessionária e referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pela Concessionária, sem considerar gatilhos adicionais, como a construção da 2ª pista na BH Airport. Os valores estão atualizados pelo IPCA até a data da última atualização da tarifa.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos a recuperar	608	(734)
Contas a receber	(65)	(2.895)
Obrigações com o poder concedente	(61.336)	246.110
Depósitos judiciais	-	(188.217)
Ativo financeiro	13.561	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(47.232)</u>	<u>54.264</u>
Outros de ativo imobilizado e intangível	47.232	(54.264)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>47.232</u>	<u>(54.264)</u>

- b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Arrendamento mercantil</u>
Saldo inicial	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Pagamentos de principal e juros	71
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>71</u>
Outras variações	
Despesas com juros e variação monetária	(8)
Outras variações que não afetam o caixa	<u>(176)</u>
Total das outras variações	<u>(184)</u>
Saldo final	<u><u>(113)</u></u>

Composição do Conselho de Administração

Cristiane Alexandra Lopes Gomes	Presidente
Gustavo Marques do Canto Lopes	Conselheiro
Tobias Markert	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro
André Luiz Fonseca e Silva	Conselheiro
Natália Marcassa de Souza	Conselheiro

Composição do Conselho Fiscal

Marcio Roberto Simões Gonçalves Alabarce	Conselheiro
Paulo Herminio Pereira Gomes Filho	Conselheiro
Felipe Fernandes Queiroz	Conselheiro

Composição da Diretoria

Kleber Almada Meira	Diretor Presidente
Herlichy Junior Moreira Bastos	Diretor de Operações
Marcos Antônio Gonçalves Mandacaru	Diretor Comercial

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 S/MG